

EDUCOMUNICAÇÃO CONTRA A COLONIALIDADE DIGITAL: PROTAGONISMO E LETRAMENTO MIDIÁTICO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL NA APAE DE SÃO LUÍS

EDUCOMMUNICATION AGAINST DIGITAL COLONIALITY: PROTAGONISM AND MEDIA LITERACY OF PEOPLE WITH INTELLECTUAL DISABILITIES AT APAE SÃO LUÍS

José Gabriel Meneses Sousa¹

Rosinete de Jesus Silva Ferreira²

RESUMO

Este artigo apresenta um relato de experiência da APAE de São Luís com oficinas de influenciadores digitais voltadas a pessoas com deficiência intelectual, articulando comunicação, educação e inclusão digital como formas de resistência à colonialidade da informação. As atividades, realizadas com alunos do Centro de Atendimento Educacional Especializado (CAEE) Eney Santana, buscaram promover o letramento midiático, o uso seguro das redes sociais e o protagonismo dos participantes. Com base em autores como Quijano, Freire, Mantoan e Soares, o estudo dialoga com os princípios da educomunicação e da educação inclusiva. A metodologia qualitativa incluiu observação participante e análise de registros audiovisuais. Os resultados mostram que a apropriação crítica das mídias digitais fortaleceu a autoestima, a autonomia e a cidadania comunicativa dos envolvidos. A experiência aponta que práticas educacionais podem minimizar práticas do capacitismo estrutural e a exclusão digital, atuando como estratégias emancipadoras no campo do serviço social e da comunicação popular.

Palavras-chave: Educomunicação. Colonialidade digital. Deficiência intelectual.

ABSTRACT

This article presents an experience report from APAE - São Luís on digital influencer workshops designed for people with intellectual disabilities, integrating communication, education, and digital inclusion as forms of resistance to the colonality of information. The activities, carried out with students from the Eney Santana Specialized Educational Care Center (CAEE), aimed to promote media literacy, safe use of social networks, and participant protagonism. Drawing on authors such as Quijano, Freire, Mantoan, and Soares, the study engages with the principles of educommunication and inclusive education. The qualitative methodology included participant observation and the analysis of audiovisual records. The results show that the critical appropriation of digital media strengthened participants' self-esteem, autonomy, and communicative citizenship. The experience indicates that educative practices can help

¹ Graduado em Jornalismo, pela Universidade Ceuma. Mestrando no Programa de Pós-graduação em Comunicação, da Universidade Federal do Maranhão - PPGCOMPRO – UFMA, São Luís/MA. E-mail: jose.gms@discente.ufma.br.

² Docente do Curso de Comunicação Social – Rádio e Televisão da Universidade Federal do Maranhão e Integrante dos Programas de Mestrado Profissional em Comunicação – PPGCOMPRO e do Programa de Psicologia -PPGPSI, São Luís/MA. E-mail: rosinete.ferreira@ufma.br.

reduce structural ableism and digital exclusion, acting as emancipatory strategies within the fields of social work and popular communication.

Keywords: Educommunication; Digital coloniality; Intellectual disability.

INTRODUÇÃO

A exclusão histórica das pessoas com deficiência intelectual e múltipla reflete as formas de opressão sustentadas pela lógica colonial do capitalismo. Essa marginalização não resulta de limitações individuais, mas das estruturas capacitistas, que naturalizam barreiras institucionais, comunicacionais e simbólicas, negando reconhecimento social e político, conforme a colonialidade do poder e do saber (Quijano, 2000), que define quem é legítimo e quem pode ocupar espaços discursivos, inclusive digitais.

No contexto atual, marcado pela desigualdade ampliada pelas tecnologias e manipulação da informação (Mbembe, 2018), o acesso à internet e o letramento midiático crítico são direitos fundamentais. No entanto, a inclusão digital permanece excludente, sem políticas que enfrentam desigualdades estruturais ligadas à classe, raça, deficiência e território.

É nesse cenário que se inserem as oficinas de influenciadores digitais, realizadas no Centro de Atendimento Educacional Especializado - CAEE Eney Santana, mantido pela APAE de São Luís, voltadas a jovens e adultos com deficiência intelectual. As oficinas promoveram letramento midiático, autonomia comunicativa e protagonismo digital, reconhecendo que democratizar o acesso às tecnologias deve estar ligado ao direito de expressão, ocupação simbólica e construção de narrativas pessoais.

A proposta se fundamenta na educomunicação como prática crítica e transformadora, entendendo a comunicação como espaço de disputa, emancipação e cidadania (Freire, 1996; Inocêncio, 2022; Almeida, 2024). Dialoga-se, também, com Diniz (2007) e Mantoan (2003), que veem a deficiência como construção social e defendem a reorganização dos espaços educativos para valorizar a diversidade e o potencial de todos.

Este artigo analisa essa experiência educ comunicativa como resposta à exclusão digital e simbólica imposta pela colonialidade informacional, propondo-a como caminho de resistência e efetivação de direitos. Ao promover o protagonismo midiático dessas pessoas, a ação desafia a invisibilidade e o silêncio históricos, reafirmando a comunicação como campo estratégico para a luta e a ampliação da voz na superação das novas formas de dominação.

EDUCOMUNICAÇÃO COMO RESPOSTA DA INCLUSÃO

A exclusão digital de pessoas com deficiência intelectual não pode ser vista isoladamente ou apenas como um problema técnico, pois está inserida em um contexto mais amplo de exclusão social, comunicacional e política, decorrente da lógica colonial presente nas estruturas do capitalismo contemporâneo. Essa lógica cria hierarquias entre sujeitos, saberes e modos de existência, configurando a colonialidade do poder, conceito de Quijano (2000), que articula raça, classe, gênero e deficiência para manter desigualdades estruturais.

No caso das pessoas com deficiência, a colonialidade do saber desqualifica as suas formas de expressão e cognição, negando-lhes voz e participação pública. A deficiência é uma construção social marcada por normas capacitistas, que definem quem pode aprender, produzir conhecimento ou comunicar-se legitimamente (Diniz, 2007; Diniz; Medeiros; Barbosa, 2021). Conforme Janine Silva (2023), o capacitismo é uma opressão estrutural ligada à lógica colonial

moderna, que silencia e restringe a cidadania comunicacional.

Ao mesmo tempo, vivemos sob um regime de produção e controle informacional marcado por disputas geopolíticas e por uma nova configuração de poder, que Achille Mbembe (2018) denomina de necropolítica digital. Trata-se da gestão das vidas que podem ser visíveis, narradas ou reconhecidas nos ambientes virtuais – e, por extensão, no tecido social. Nessa perspectiva, o direito à comunicação não é apenas o direito de acesso às tecnologias, mas o direito de produzir e circular discursos a partir da própria experiência vivida, algo sistematicamente negado às pessoas com deficiência intelectual.

Nesse contexto de opressão, a educomunicação surge como campo teórico e prático, que propõe o enfrentamento às desigualdades comunicacionais por processos pedagógicos participativos, críticos e inclusivos. Para Ismar de Oliveira Soares (2002), o letramento midiático é parte fundamental da formação cidadã na era digital, devendo ser compreendido como prática social situada. Já Almeida (2024) aponta que os projetos de intervenção educacionais têm como princípio a construção de ecossistemas comunicativos democráticos, em que sujeitos historicamente silenciados possam exercer plenamente a sua voz.

A educomunicação, ao integrar comunicação, educação e cidadania, alinha-se à pedagogia crítica freireana, que valoriza o diálogo, a escuta e o saber popular. Segundo Freire (1996), a transformação nasce da problematização da realidade e da construção coletiva de novos sentidos. Ao ser aplicada a sujeitos com deficiência intelectual, reconhece-se a sua capacidade de expressão, interpretação e criação, promovendo uma inclusão que supera o assistencialismo.

Essa perspectiva crítica também dialoga com o Serviço Social latino-americano, que enfrenta tensões entre práticas conservadoras e projetos de transformação social. Reconhecer a educomunicação como aliada no combate ao capacitismo, colonialismo e silenciamento de sujeitos subalternizados destaca o seu potencial interdisciplinar na luta contra a dominação imperialista e a negação do direito básico à comunicação.

A COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL DA APAE DE SÃO LUÍS

A comunicação institucional da APAE de São Luís cumpre um papel estratégico na promoção da inclusão social e na defesa dos direitos das pessoas com deficiência intelectual e múltipla. As suas ações vão além da simples divulgação de serviços ou eventos, buscando construir narrativas que sensibilizem a sociedade e contribuam para a desconstrução de estigmas historicamente associados à deficiência.

Campanhas desenvolvidas pela APAE como o “Setembro Verde” e a “Semana Nacional da Pessoa com Deficiência Intelectual e Múltipla” são exemplos de iniciativas que utilizam diferentes linguagens – texto, imagem, vídeo e áudio – para dar visibilidade à causa e mobilizar a opinião pública. Essas campanhas dialogam com o conceito de comunicação institucional, que pode ser definido com um processo estratégico, planejado e sistemático de comunicação, voltado para a construção e a manutenção de uma identidade organizacional, de uma imagem institucional positiva e de um relacionamento de confiança com os diferentes públicos da instituição (Kunsch, 2013).

Além das campanhas, a APAE de São Luís mantém uma atuação constante nas redes sociais, com produção de conteúdo que informam, educam e engajam diferentes públicos: famílias, profissionais da área, poder público e a sociedade em geral. A comunicação da instituição reforça uma narrativa de direitos, combatendo a lógica assistencialista e promovendo uma imagem de protagonismo das pessoas com deficiência, em sintonia com os princípios da comunicação pública e da comunicação para o desenvolvimento social (Peruzzo, 2013).

Essa abordagem comunicacional também reflete a compreensão de que a construção de uma sociedade inclusiva passa pela transformação das representações sociais sobre a deficiência. Nesse sentido, a comunicação institucional da APAE assume uma função educativa e política, posicionando a instituição como um agente ativo na luta por direitos e pela superação das barreiras atitudinais presentes na sociedade. De acordo com Kunsch (2003), a comunicação organizacional pode e deve atuar como mediadora de processos educativos, promovendo a formação de uma opinião pública mais crítica e consciente sobre temas sociais relevantes.

METODOLOGIA

Esta pesquisa é qualitativa, com abordagem exploratória e descritiva, fundamentada em uma perspectiva crítica e participativa. Desenvolveu-se a partir da experiência nas oficinas de influenciadores digitais da APAE de São Luís, no CAEE Eney Santana, com pessoas com deficiência intelectual.

A opção pela abordagem qualitativa visa compreender os sentidos atribuídos pelos participantes à sua inserção digital, considerando dimensões subjetivas, sociais, comunicacionais e políticas. Conforme Minayo (2001), a pesquisa qualitativa busca entender fenômenos sociais a partir da perspectiva dos sujeitos, valorizando as suas vivências. A técnica principal foi a observação participante, na qual o pesquisador atuou também como educador e agente institucional, reforçando o compromisso ético-político, sem comprometer a análise objetiva (Gil, 2019).

A postura metodológica segue o pensamento freiriano, partindo da realidade vivida, valorizando o conhecimento popular e promovendo a transformação social pela participação ativa. Como afirma Freire, ninguém educa ninguém, ninguém educa a si mesmo, os homens se educam entre eles, mediatizados pelo mundo (Freire, 1996). Assim, o conhecimento emerge do diálogo e da colaboração e o educador atua como agente social comprometido com escuta, diálogo e espaços democráticos de expressão (Almeida, 2024).

OFICINAS DE INFLUENCIADORES DIGITAIS NA APAE DE SÃO LUÍS

As oficinas de influenciadores digitais na APAE de São Luís, realizadas durante a Semana Nacional da Pessoa com Deficiência Intelectual e Múltipla de 2023, envolveram cerca de 25 alunos do CAEE Eney Santana, com idades entre 16 e 45 anos e deficiência intelectual leve a moderada. A ação, baseada em uma proposta educacional, valorizou os saberes dos participantes e buscou ampliar a sua inserção crítica no ambiente digital. Partindo da compreensão de que os espaços digitais, apesar de amplamente acessados, mantêm lógicas excludentes que exigem letramento midiático, senso crítico e autonomia, a proposta reconheceu nas pessoas com deficiência intelectual uma chance de reconfigurar narrativas, disputar sentidos e exercer cidadania pela ocupação ativa desses espaços.

O processo formativo foi dividido em três etapas, conforme apresentado a seguir.

Tabela 1 – Etapas da Oficina de Influenciadores Digitais na APAE de São Luís

Etapa	Objetivos	Atividades Desenvolvidas	Recursos Utilizados	Resultados Esperados
1. Introdução às Redes Sociais	Compreender o funcionamento das principais plataformas digitais	Apresentação das redes sociais; Discussão sobre o papel dos influenciadores digitais	Celular com internet; slides interativos	Familiarização com o ambiente digital e suas funcionalidades
2. Segurança e Ética Digital	Promover o uso consciente e seguro das redes sociais	Palestras sobre segurança online; Discussões sobre privacidade, direitos de imagem e comportamento ético	Vídeos educativos; dinâmicas em grupo	Desenvolvimento de senso crítico e responsabilidade digital
3. Produção de Conteúdo	Capacitar na criação de conteúdos digitais	Oficinas práticas de roteiro, gravação, edição e publicação de vídeos	Smartphones, Canva, CapCut, microfone	Produção de conteúdos audiovisuais; gestão de perfis digitais

Fonte: Autor (2023)

A experiência foi estruturada em três etapas integradas, iniciando com debates sobre redes sociais e influenciadores digitais, em uma abordagem dialógica que valorizou as vivências dos participantes. Em seguida, abordaram-se princípios de segurança digital e ética – como respondendo às preocupações das famílias. Na última etapa, os alunos criaram conteúdos autorais, como roteiros e vídeos sobre temas do cotidiano, exercendo com autonomia o seu protagonismo midiático. Nas imagens, a seguir, nota-se a participação dos alunos nas oficinas.

Figuras 1 e 2: Oficina de Influenciadores digitais com alunos do CAEE Eney Santana



Fonte: Reprodução TV Mirante/Globoplay (2023)

Conduzida com base nos princípios da educomunicação – definida como a construção de ecossistemas comunicativos abertos, democráticos e criativos (Almeida, 2024) –, a atividade reforçou a comunicação como prática transformadora, que valoriza escuta, autoria e participação (Inocêncio, 2022). Mais do que domínio técnico, promoveu uma vivência de autonomia simbólica: participantes antes vistos como incapazes passaram a produzir conteúdos e a reconhecer-se como sujeitos de voz. Com apoio das famílias, muitos passaram a gerenciar seus próprios perfis, rompendo com a lógica capacitista e reafirmando o direito de todos à comunicação – um ato político contra a invisibilidade e a colonialidade da informação.

RESULTADOS

Os resultados das oficinas indicaram avanços significativos na comunicação, autonomia e no reconhecimento dos participantes como sujeitos de direito à comunicação. Mais do que domínio técnico, observaram-se transformações subjetivas, sociais e políticas. Relatos de participantes e familiares apontaram aumento da autoestima, confiança e pertencimento, com declarações como “agora sei mexer no celular como os youtubers”, rompendo simbolicamente com o silêncio historicamente imposto às pessoas com deficiência intelectual. No plano sociocultural, a experiência ampliou o repertório comunicacional dos participantes, que passaram a compreender as mídias como espaços de disputa simbólica e construção identitária. Eles desenvolveram habilidades para diferenciar informações, proteger a privacidade e criar narrativas próprias, em um processo de letramento midiático crítico (Soares, 2002), essencial à cidadania na cibercultura.

Politicamente, a ação evidenciou a educomunicação como estratégia de enfrentamento à colonialidade digital, ao permitir que os participantes narrassem as suas próprias histórias, rompendo com a lógica capacitista que os reduz a objetos de fala. Como afirma Freire (1996), “dizer a sua palavra e nomear o mundo” é um ato de libertação – concretizado aqui por meio da autoria midiática. A experiência também demonstrou o potencial das práticas interdisciplinares entre comunicação e Serviço Social na promoção de direitos. Além disso, contribuiu para desconstruir percepções de incapacidade e dependência, não só entre os participantes, mas também entre familiares e profissionais. Assim, mais do que ensinar o uso de redes sociais, a ação garantiu o direito à comunicação e à visibilidade de sujeitos historicamente silenciados, enfrentando o imperialismo informacional, o capacitismo estrutural e a exclusão midiática (Almeida, 2024).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência das oficinas de influenciadores digitais na APAE de São Luís mostrou que a inclusão digital de pessoas com deficiência intelectual vai além do simples acesso às tecnologias, configurando-se como direito à comunicação, expressão e construção de narrativas próprias, especialmente num contexto marcado pela colonialidade da informação e pelo capacitismo que perpetuam exclusões. Ao colocar os participantes como protagonistas, a proposta educ comunicativa desafiou estruturas tradicionais de poder, criando condições para que sujeitos historicamente marginalizados exercessem a sua cidadania midiática. O desenvolvimento técnico foi importante, mas secundário diante dos ganhos em autoestima, autoria, visibilidade e pertencimento.

Essa prática se revelou viável, urgente e replicável, sobretudo em contextos de vulnerabilidade social, apagamento comunicacional e ausência de políticas públicas para inclusão digital crítica. Conforme Almeida (2024) e Soares (2002), o acesso à mídia e a possibilidade de

intervenção são formas de resistência às lógicas excludentes da colonialidade e do capitalismo informacional. A educomunicação, nesse cenário, é uma práxis política, que promove escuta, partilha e transformação social, modificando o ambiente educativo em espaço de expressão democrática e reafirmando o compromisso ético-político do Serviço Social e da Comunicação com os direitos humanos. Ações como essa se constituem como sementes de comunicação contra-hegemônica, desafiando o capacitismo, o colonialismo digital e as violências simbólicas naturalizadas, devendo ser ampliadas e incorporadas em projetos pedagógicos e institucionais voltados à inclusão e à justiça social.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Lígia Beatriz Carvalho de. Projetos de intervenção em educomunicação. Campina Grande: EDUFCG, 2024.

BRASIL. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm. Acesso em: 28 maio 2025.

CITELLI, Adilson; SOARES, Ismar de Oliveira; LOPES, Maria Immacolata Vassallo de. Educomunicação: referências para uma construção metodológica. *Comunicação & Educação*, São Paulo, v. 24, n. 2, p. 12-25, jul./dez. 2019. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/339541409_Educomunicacao Acesso em: 28 maio 2025.

DENZIN, Norman K.; LINCOLN, Yvonna S. O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens. Porto Alegre: Artmed, 2006.

DINIZ, Débora. O que é deficiência? São Paulo: Brasiliense, 2007.

DINIZ, Débora; MEDEIROS, Marcelo; BARBOSA, Marta. O que é deficiência intelectual. Brasília: UNB, 2021.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GIL, Antonio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

INOCÊNCIO, Kellin. Fundamentos da educomunicação. Curitiba: IESDE Brasil, 2022.

KUNSCH, Margarida Maria Krohling. Comunicação organizacional: conceitos e dimensões dos estudos e das práticas. São Caetano do Sul: Difusão, 2013.

MBEMBE, Achille. Necropolítica. Tradução de Renata Santini. São Paulo: n-1 edições, 2018.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer? São Paulo: Moderna, 2003.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. 8. ed. São Paulo: Hucitec, 2001.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. Revista Internacional de Sociologia, Buenos Aires, v. 58, n. 1, p. 93-126, 22 fevereiro de 2024. Disponível em: https://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12_Quijano.pdf Acesso 11 de novembro de 2025.

SILVA, Janine. Educação, deficiência e colonialidade: por uma crítica ao capacitismo na modernidade. São Paulo: Autêntica, 2023.

SOARES, Magda. Novas práticas de leitura e escrita: letramento na cibercultura. Educação & Sociedade, São Paulo, v. 23, n. 81, p. 143-160, dez. 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/zG4cBvLkSZfcZnXfZGLzsXb/?lang=pt> . Acesso em: 28 maio 2025.